

HISTÓRIA E CULTURAS

HISTORIOGRAFIA EM DIÁLOGO: POSSIBILIDADES DE INTEGRAÇÃO DOS ESCRITOS DE JOHN POCOCK AO CAMPO DO PÓS-ABOLIÇÃO.

Carlos André Colins dos Santos¹

RESUMO: O campo do pós-abolição tem sido questionado acerca de suas possibilidades em termos de avanço na utilização de novas teorias dentro de sua esfera de análise. As indicações a respeito de como este campo historiográfico pode avançar em direção a novas maneiras de visualização da realidade material tem fomentado uma série de estudos que visam promover o diálogo entre as pesquisas inerentes ao pós-emancipação e múltiplos referenciais teóricos. Este artigo tem por objetivo promover o diálogo entre os conceitos oriundas das análises do historiador das ideias políticas John Pocock e o campo do pós-abolição.

PALAVRAS-CHAVE: John Pocock; Pós-abolição; Linguagem; Representações.

RECEBIDO: 11/08/2019

APROVADO: 03/10/2019

INTRODUÇÃO

John Pocock possui uma obra extensa e bem elaborada dentro do campo historiográfico das ideias políticas. A forma como trabalha os temas deslocando-se da análise factual ou da descrição de grandes eventos e personalidades para uma escrita que apoia-se em uma construção teórica voltada para o discurso e seu desdobramento no espaço social, além de, colocar sua narrativa no interior de um limiar de diálogo com outros campos da atividade científica, o levam a uma cisão frente à tradicional história política. Porém, o projeto de escrita deste autor não apenas o leva a um novo posicionamento diante da história política tradicional como o coloca no seletivo grupo de estudiosos cujo trabalho configura como fonte de inovações em termo de prática científica.

Com base na capacidade deste pesquisador em manter contato com itens que fogem a uma visão de escrita centrada em um nicho analítico fechado, intentamos proporcionar o diálogo das ferramentas teóricas e metodológicas formuladas por Pocock junto ao campo historiográfico do pós-abolição. Tal objetivação não somente impõe-se pelo princípio lógico de busca por novas determinações mediante aprofundamento de questões analíticas, mas, pelas próprias características

¹ Pós-graduando em História. Universidade Federal do Maranhão. E-mail: carlos_andre_c.s@hotmail.com.

HISTÓRIA E CULTURAS

dos espaços de pesquisa do pós-emancipação, lugar onde as inovações em termos de fontes e formas de visualização da atividade fluem em ritmo intenso.

Este campo de estudos, como adverte Mattos e Rios (2004), desde a década de oitenta do século passado experimenta forte processo de inovações técnicas, crescimento de influência institucional e variabilidade de abordagens, no entanto, esta mesma autora chama atenção para amplos espaços de inovação dentro do campo de pesquisa. Objetivamos contribuir na utilização destes espaços no sentido de viabilizar concepções que auxiliem no desenvolvimento das pesquisas inerentes ao pós-abolição.

86

POCOCK E A ESCRITA DA HISTÓRIA

Ao discorrer acerca do trabalho historiográfico e suas implicações, Pocok intenta buscar a definição de linguagem. Esta ação é realizada através da visualização das formas de agir apresentadas no trabalho de construção da narrativa; notamos a intensa atenção que o autor focaliza em referência a metodologia do trabalho historiográfico, embora, metodologia e escopo teórico façam parte de um mesmo corpo instrumental, a saber, a própria narrativa historiográfica. É necessário indicar que Pocock busca atender as demandas do campo da história do pensamento político, este é seu alvo, entretanto, a própria magnitude de sua obra o levará a alçar voos de maiores amplitudes.

Este pesquisador, como historiador das ideias relacionadas as atividades políticas, possui como intento de suas pesquisas, fenômenos que dizem respeito as atividades de exercício dos poderes constituídos socialmente. Não obstante, como o foco de suas análises incide sobre a prática, a necessidade de formalização de conceitos capazes de diferenciar e organizar as fontes em relação a obtenção de dados é parte configurada em termos de especial atenção. Em relação a esta problemática Pocok intenta estabelecer uma prática do trabalho historiográfico voltada para o estudo dos atos de discursos que desaguam em ação, a materialidade da política seria alcançada por intermédio dos atos de discursos sendo ele, o discurso, o ente capaz de trazer a compreensão racional dos fenômenos políticos.

De posse destas informações, surgem fatores com os quais devemos trabalhar no sentido de especificar os conceitos necessários para entendermos as práticas historiográficas de Pocock. O primeiro destes fatores cuja necessidade de formalização se faz necessária é o conceito de discurso. Ao analisarmos os textos de Pocock a respeito da situação política envolvendo o parlamento inglês e o poder real compreendemos que para este autor o discurso constitui-se em uma enunciação, um ato

HISTÓRIA E CULTURAS

de externalização de determinada mensagem endereçada a um interlocutor ou grupo social específico.

2

A enunciação ocorre enquanto fenômeno social, logo, suas raízes ou significados encontram-se na comunidade de indivíduos delimitada pelo fenômeno em análise. O discurso como materialização de intentos oriundos das sociabilidades desenvolve-se segundo os padrões pré-estabelecidos pela comunidade dos indivíduos; aqui nos deparamos com um dos fatores importantes para nossos objetivos: o conceito de linguagem. Para Pocock a linguagem está ligada ao contexto através do qual o discurso vem a existir, tanto como possibilidade, quanto materialização.

A linguagem é o campo ou espaço de desenvolvimento dos atos de discurso. Desta maneira, ao fazer uso destas especificações, Pocock indica a possibilidade da realização de uma prática historiográfica delimitada pela formulação dos conceitos de *Langue* e *Parole*. O vocábulo *langue* em geral é utilizado para diferenciações étnicas referentes a itens pertencentes ao conjunto de códigos através dos quais uma determinada comunidade estabelece interação. Este conceito ultrapassa as especificações referente a língua nacional ou idiomática; na Europa Ocidental, os documentos constituídos por tratados institucionais comumente eram bilingues, no entanto, estes documentos traziam noções que diziam respeito a sentidos que abarcavam os múltiplos grupos endereçados, possuíam uma *linguagem* específica.

Pocock tem por atividade estudar as linguagens através das quais os discursos são sistematizados e propagados e não as enunciações em si mesmas. O pesquisador que intenta debruçar-se sobre o discurso político formalizara uma historiografia intensamente ligada ao evento. Sua produção está voltada para os atos de enunciação que ocorrem segundo o contexto sendo o evento a matriz do fenômeno social. Este deve estar atento as maneiras de discursar, as retóricas, aos vocábulos, etc, identificando padrões capazes de nos levarem ao um pano de fundo, a um contexto mediador ou possibilitador dos sentidos.

Segundo Araújo (2017), a obra *The Ancient Constitution and Feudal Law*, datada do ano de 1987, constitui-se no primeiro estudo denso de Pocock em que este busca a utilização plena do contextualismo histórico-político segundo o conceito de linguagem. Neste trabalho o autor estabelece bases de seu método criando uma forma peculiar para o tratamento das fontes segundo as metas estabelecidas. Araújo (2017) indica que para Pocock os fenômenos sociais dentro do aspecto político ocorriam segundo a formalização das ideias inerentes ao meio em questão. As ideias materializadas por meio dos discursos trazem, junto às condições materiais, as características dos fatos históricos; um representante de determinada facção política, ao discursar no parlamento inglês do sec. XVII, por exemplo, o faz segundo a linguagem política que atua sobre sua capacidade de interação e

² Análise feita segundo texto presente na obra *Linguagens Do Ideário Político*.

HISTÓRIA E CULTURAS

formalização de ideias. Logo, as ideias para Pocock não estão presas aos espaços de abstração cognitiva, mas, ao ganhar forma de atos inscrevem-se nas relações sociais gerando prática e ações.

Entretanto, não podemos vislumbrar as ideias como simples reflexos das atividades políticas e econômicas. Para Pocock a relação das normalizações com a materialidade não é mecânica, tão pouco estritamente subserviente a um sistema rígido, as ideias surgem como análise ou resposta às inquietações e problemáticas do tempo da sua própria origem. Destas assertivas decorre que as ideias, concepções políticas, neste caso, estão ligadas ao contexto socio-histórico de forma indubitável. A observação ou estudo dentro do campo historiográfico das ideias políticas precisa atentar-se para as características das circunstâncias e origem, para a conjuntura dos fatos, para o quadro amplos das situações que envolvem os fenômenos em estudo. Outra dedução lógica das indicações expostas é o enquadramento das ideias às práticas discursivas do meio. Este item metodológico parece claro até mesmo nas práticas relacionadas a outras classes da história do pensamento político, porém, Pocock avança no sentido de expandir intensamente tais ligações à vivência, conhecimento e habilidade do próprio autor do discurso político.

É necessário estabelecer que as ideias, enquanto construto das inquietações de um determinado autor frente a um contexto oriundo de seu tempo, não permanece isolada de outros contextos e situações. Negar essa capacidade de fluidez das formalizações é lança-las em delimitações teóricas restritivas que as transformariam em comportamentos únicos, apartados de certos aspectos da materialidade social. Os atos discursivos estão envolvidos em múltiplas instâncias. Referente a isto Pocock atem-se ao conceito de linguagem para visualizar as formas de determinação das ideias. Araújo (2017) indica que para Pocock, indivíduos circunscritos em uma determinada sociedade manifestam-se por intermédio de locuções, que ao juntarem-se a outras sentenças, formam um campo comum de significados, um contexto de expressões, uma tradição de termos, ou seja, uma linguagem. As linguagens surgem e perpassam pelo tempo histórico, são espaços onde os indivíduos expressam suas visões e inquietações. Porém, estes o fazem segundo os significados disponíveis ou, em última instância, rompem com o campo de definições originando novas acepções dentro do campo ou criando novos espaços de sentidos.

PÓS-ABOLIÇÃO COMO CAMPO HISTORIOGRÁFICO

Em suas pesquisas, Pierre Bourdieu relatava a existência de locais ou espaços em que podíamos visualizar contornos, práticas e regras específicas. Estes espaços funcionam como uma espécie de microcosmo social, devido as características que lhes são presentes em intenso grau de especificidade. Podemos entender estes espaços como lugar de autonomia, envolvendo os indivíduos

HISTÓRIA E CULTURAS

ao redor de um determinado tema e possuindo leis de ações específicas, constituindo-se um lugar de disputas sociais. Estes espaços são denominados por Bourdieu de campos, e possuem como formadores indivíduos e instituições envolvidos em determinados setores sociais ou sob o domínio de outros campos.

Dentro do sistema de produção de pesquisas historiográficas podemos encontrar campos específicos. Por exemplo, é consenso que existe um campo de pesquisas sobre escravidão, o campo de estudo sobre o oitocentos ou sobre história colonial. Entretanto, torna-se necessário indagar se existe um campo historiográfico do pós-abolição. Segundo Hebe Mattos³, durante muitos anos a visão predominante nas produções e trabalhos acadêmicos a respeito dos rearranjos ocorridos após a implementação da Lei Áurea direcionavam-se para uma forma de leitura voltada para análises economicistas que fixavam como principais objetos de análise os projetos dos governos regionais e elites sobre a utilização de mão de obra negra frente a destituição da escravidão legalizada.

Outro véis eram as pesquisas voltadas para análises dos movimentos migratórios dos últimos libertos, em função das características das fronteiras agrícolas ou transição das formas de trabalhos compulsórios, para as novas formas de trabalhos mediante compensação pecuniária. Estas pesquisas sofreram fortes influências das teorias marxistas e de trabalhos de historiadores norte-americanos ou centro-americanos, porém, Mattos relata-nos que a partir do final da década de 80 este panorama começa a sofrer significativa mudança. Os projetos dos últimos libertos, suas formas de representar a realidade, sua cultura, suas práticas, seus modos de vidas e suas identidades passaram a figurar como objetos de pesquisas. Estes aspectos aliados a outros entes como, por analogia, o diálogo entre tais pesquisas e outros setores de produção acadêmicas como a história de gênero, a história do cotidiano e a história política, passaram a exigir novos métodos e concepções conceituais acerca deste tema.

Devido o foco nas condições sociais posteriores à libertação dos negros, o pós-abolição ganhou ares de campo temático específico na historiografia. Autores como Fred Gomes e Sidney Chalhoub têm oferecido trabalhos de referência às formas, possibilidades de continuidade e avanço nas pesquisas do pós-emancipação. Como ápice deste estágio, encontramos a obra *A Integração Do Negro Na Sociedade De Classes*, texto em que Florestan Fernandes⁴ discorre sobre a inserção de populações negras, a dinâmica das formas de trabalho assalariado no contexto de mercado

³ Hebe Mattos é historiadora pela Universidade Feral Fluminense, atualmente é professora da Universidade Federal de Juiz de Fora. Especialista em cultura e sociedade no período da escravidão na sociedade do Rio de Janeiro. Atualmente esforça-se em analisar aspectos do pós-abolição no Brasil.

⁴ Saviani (1996) indica o professor florestan Fernandes como um dos principais educadores e sociólogos do Brasil. Sua atuação não restringiu-se ao espaço acadêmico, foi parlamentar pelo partido dos trabalhadores participando da Assembleia Nacional Constituinte. Sua obra é considerada alicerce para estudos em História e Sociologia do Brasil moderno via materialismo histórico.

HISTÓRIA E CULTURAS

proveniente desta situação. Esta obra exerceu grande relevância, servindo de vanguarda em relação aos estudos que buscam entender as formas de passagem do trabalho escravo para as formas de trabalho mediante pagamento, além de, oferecer possibilidades de entendimento a respeito das condições sociais de integração do negro na sociedade burguesa.

Estes autores, seguindo uma tendência problematizadora, apontam para investigações sobre dinâmicas culturais e representacionais. As formas de apropriação e ressignificação da abolição tornam-se centrais para a construção das indagações comuns aos objetos. No livro que foi organizado por Hebe Mattos, ao lado de Carolina Viana Dantas e Marta Abreu, intitulado *Pós Abolição No Mundo Atlântico: Identidades E Projetos Políticos*, avança em suas observações acerca da necessidade de superar restrições conceituais no campo temático, indicando vários artigos de autores que trabalham o pós-abolição segundo várias concepções e arcabouços teóricos.

Atualmente nota-se crescimento de estudos especializados na temática pós-emancipação. Algumas instituições colocaram o pós-abolição como campo específico em exames de ingresso à pós-graduação. A Universidade Federal Fluminense, por analogia, institui esta temática como linha de pesquisa ou ênfase em relação à confecção dos projetos de estudos. O surgimento de grupos específicos de estudos também se configura como indicativo deste crescimento. Citamos como exemplo o GEPA, Grupo de Estudos do Pós-Abolição, pertencente à Universidade Federal de Santa Maria, dentre outros.

Entretanto, é preciso destacar análises a respeito dos caminhos que o campo historiográfico tem estabelecido. Se é possível indicar ou visualizar estas direções ou se este espaço apresenta homogeneidade suficiente para falarmos nestes termos. Em seu celebre artigo, escrito em associação com Ana Maria Rios, intitulado *O Pós-Abolição Como Problema Histórico: Balanços E Perspectivas*, Mattos destaca as dificuldades enfrentadas por pesquisas voltadas para esta temática, já que, em significativa parcela dos casos, a ausência de fontes específicas é contexto da produção historiográfica. A este respeito a autora relata:

Esta é uma dificuldade geral nas pesquisas sobre a experiência histórica pós-emancipação nas Américas. No Brasil, entretanto, é especialmente acentuada, não apenas pela inexistência de práticas legais, baseadas em distinções de cor e raça ou pela presença demograficamente expressiva, e mesmo majoritária, de negros e mestiços livres, antes da abolição, mas pelo desaparecimento, que se faz notar desde meados do século XIX, de se discriminar a cor dos homens livres nos registros históricos disponíveis. Processos cíveis e criminais, registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, na maioria dos casos, não fazem menção da cor e, mesmo nos registros civis, instituídos em 1888, onde citar a cor era legalmente obrigatório, em muitos casos, ela se faz ausente. (Mattos, 2004, p.5)

Esta autora mostra o campo temático estruturado a partir da necessidade de melhorar a observação das fontes, a preocupação com a existência de documentos textuais ou materiais. É um espaço de pesquisa aberto à inovações. Neste sentido, a utilização dos conceitos cunhados por Pocock

Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico de História da UECE - Vol. VII, Nº 14 – julho-dezembro 2019.

HISTÓRIA E CULTURAS

pode configurar-se em ponto de evolução para o campo. Entretanto, precisamos estabelecer como os conceitos de Pocock podem fazer parte do escopo teórico de possíveis pesquisas inerentes ao pós-abolição. Desta forma, trataremos a questão de forma a tentar obter um conceito capaz de promover diálogo entre as teorias de Pocock e o campo historiográfico do pós-abolição. De antemão, relatamos como conceito capaz de realizar tal intento o conceito de representação. Em termos de teoria das representações, a utilização das fontes não é indicativo, apenas por si mesmo, do arcabouço teórico utilizado, o que abre margem para a utilização de teorias como as delimitadas por Pocock. Porém, ao vislumbrar o fazer histórico como o empregar das fontes como acesso a um outro tempo, Mattos delimita o acesso a determinadas formas de trabalho. Se quisermos fazer uso do conceito de representação a partir destas indicações, teremos que admitir comportamento que vislumbre a história não apenas como empreendimento literário, mas como prática representacional que permite acesso à outras realidades temporais. Isto não significa anular a subjetividade do pesquisador na escrita. Significa colocar a pesquisa sob um arcabouço, ou contexto teórico, que ao considerar a subjetividade de quem escreve não anule a objetividade da narrativa historiográfica. A respeito disto discorreremos a seguir.

91

O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO E O OFÍCIO DO HISTORIADOR

Ao observarmos o conteúdo do dicionário Aurélio a respeito da definição em destaque encontramos dentre as possíveis formulações o seguinte significado: “ideia que concebemos do mundo ou de alguma coisa”. Esta noção atribuída ao conceito revela uma característica importante e muito observada neste termo: se as representações figuram como ideias que consideram as coisas, logo, este item pode ser visto enquanto algo que está entre o entendimento e a realidade, no espaço composto pelo elo entre a apropriação da abstração e a observação da materialidade ou contemplação.

Este aspecto do conceito faz parte de uma extensa tendência de conceituação acerca do desenvolvimento e utilização deste vocábulo. Segundo Santos (2011), trata-se de uma palavra oriunda do latim, advinda da expressão *repraesentare* cuja a noção focava-se no ato de tornar presente ou apresentar novamente algo, entretanto, este mesmo autor relata que em termos de latim clássico este vocábulo não possuía utilização em termos de pessoas ou abstração. Em geral, era utilizado apenas em relação a objetos materiais sendo apenas no século XI o início de modificações em sua estrutura

HISTÓRIA E CULTURAS

desaguando em utilizações que abrangem outros referentes como a forma usada por Thomas Hobbes em *Leviatã*⁵ onde o vocábulo é utilizado em referência a instituições políticas.

Porém, temos no sociólogo Emile Durkheim, um dos eruditos que no século XIX, momento crucial para o estabelecimento das ciências modernas⁶, sistematizou de forma ampla o conceito de Representação como mecanismo teórico necessário ao alcance dos objetos estabelecidos. Durkheim em seu propósito de estabelecer o método sociológico como dimensão apropriada para resolução de questionamentos em âmbito da coletividade humana, estudou fenômenos de grande abrangência como, citando caso análogo, as formas religiosas. Em seu trabalho intitulado *As Formas Elementares Da Vida Religiosa*, investiga os sistemas religiosos, de onde utiliza a ideia de consciência coletiva como substrato inerente as possibilidades de sociabilidade e coesão dos grupos. No entanto, depara-se com entraves que implementaram desafios ao seu método de análise.

Dentre estes desafios destacamos a duplicidade entre sagrado e profano. O método de Durkheim o levou a estabelecer a religião enquanto fato social, ou seja, fenômeno possuidor de generalidade, coercitividade e exterioridade; a religião formatara-se sob grande abrangência espalhando-se pelo tecido social independente de camada populacional, possuindo capacidade de impor regras, coagindo seus membros a aderirem a modelos de vida preestabelecidos e impunha-se para além de possíveis formas de existência, independente do indivíduo. Essas características se estabelecem frente a dualidade profano e sagrado, itens que este autor compara a outros tipos de dualidade, como por exemplo, cognição individual e consciência coletiva, colocando como cerne de sua inferência ao questionamento advindo da pesquisa. Diante da dualidade entre indivíduo e comunidade, Durkheim inicia a análise acerca dos processos em que a sociedade molda indivíduos pra o convívio em grupo.

Segundo Pinheiro Filho (2004), em sua obra denominada *O Suicídio*, Durkheim avança em relação a análise da dualidade da natureza humana em relação à vida coletiva. Este ideário ocorre sob a influência de formas de apreensão da realidade material que ele nomeou como representações. A vida em sociedade possui como base as representações que idealizam e legitimam os atos do tecido populacional mediante a consciência individual. A natureza biológica, assim como as individualidades, só pode se transformar, a ponto de estar sob a égide da sociedade, por meio das representações coletivas, onde a sociedade humaniza o indivíduo.

⁵ Segundo Oliveira (2017), A obra *Leviatã* foi escrita em 1651 pelo filósofo inglês Thomas Hobbes como texto que intentava a análise das interferências mútuas entre o poder institucional e as características sociais dos indivíduos.

⁶ Lima (2008) e Horta (2008) relatam que o final do século XIX foi um período de grande importância para as ciências humanas, pois, neste intervalo de tempo estas formas de conhecimento ganharam organização institucional em sentido amplo. Além disto, é neste período que se constrói contornos claros a respeito do objeto, conteúdo teórico e técnica das diversas formas de trabalho científico.

HISTÓRIA E CULTURAS

Este dualismo abordado por Durkheim, indica Pinheiro Filho (2004), possui bases na filosofia de Immanuel Kant, que se materializava no final do século XIX através de uma corrente filosófica denominada neocriticismo⁷. Kant intentava visualizar o fenômeno da duplicidade entre vida social e individual colocando como parte da natureza *a priori* a existência destes dois aspectos. A morfologia intrínseca das formas sociais perpassava por este enunciado que, na verdade, tornava-se princípio. Durkheim em *Sociologia e Filosofia* descartava a simples aceitação da condição *a priori* estabelecida por Kant. Faz uso de analogias para atacar os aspectos que considerava frágeis nas afirmações dos núcleos de análise que aceitavam de antemão as assertivas do filósofo.

Em *Sociologia e Filosofia*, o ataque aos espaços de pesquisas voltados para a análise social, em que os aspectos representacionais eram negados ou omitidos, deixa transparecer a aceitação do conceito de representação enquanto produto inerente à observação sociológica. A visão filosófica, segundo o texto, carecia da concepção diagnóstica adequada às imposições sociais, sem o substrato responsável pela atribuição da devida importância ao coletivo. A filosofia, principalmente as correntes influenciadas pelos estudos de Kant, seriam aptas a questionarem por intermédio de perguntas intensamente pertinentes sem, contudo, terem a necessária capacidade de formularem respostas com o mesmo grau de profundidade dos questionamentos.

Assim como na crítica aos padrões filosóficos, em principal aos neocriticistas, Durkheim volta-se às correntes psicológicas com grau de rigidez igualmente enfático. Em *Sociologia e Filosofia*, o método das correntes psicológicas é criticado, não por seu conteúdo, mas pela sequência da série metodológica. Como exemplo cita os estudos inerentes aos referenciais biológicos em interação aos processos psíquicos, que defende o equívoco de comparação entre o substrato psicológico e os aparatos biológicos, não pela analogia, mas pela conclusão em indicar que a individualidade seria reflexo das condições biológicas, sendo descartado os processos representacionais oriundos da relação do indivíduo com a coletividade.

Entretanto, uma forma crescente de observar as representações é colocando-as como formadoras da própria narrativa histórica. Neste caso, o conceito além de mecanismo epistemológico passa a ser, ele mesmo, a escrita historiográfica ou a possibilidade de discurso científico em sua materialidade.

Ao discorrer a respeito da narrativa histórica e representações, por intermédio da analogia correspondente aos aspectos diferença e identidade, Falcon (2000) separa este conceito em duas ramificações analíticas: primeiramente o discurso, assumindo função cognitiva e responsabilizando-

⁷ Lobo (2018) entende ser o neocriticismo ou neokantismo como uma corrente filosófica surgida na Alemanha no final do século XIX, responsável pela difusão da filosofia de Kant frente ao idealismo e ao cientificismo positivista que dominavam o cenário intelectual da Europa no período anterior à primeira grande guerra.

HISTÓRIA E CULTURAS

se pela dimensão apreensível da narrativa; no segundo caso, a dimensão linguística do fazer historiográfico, responsável pelo caráter linguístico em que se expressa a narrativa, assumindo um espaço hermenêutico na construção do texto.

O primeiro caminho parece ter sido um caminho escolhido por uma parcela significativa dos trabalhos nas últimas décadas. Capelato e Dutra (2000), ao estudarem a produção historiográfica do final da década de oitenta e início dos anos noventa, observaram evolução do movimento de crescimento de pesquisas que colocavam o conceito de representação como ente central do trabalho ou objetivo da análise. Neste período, com a intensificação da busca por interdisciplinaridade, muitas pesquisas em história passaram a utilizar técnicas e campos teóricos provenientes de outras disciplinas, como a Análise de Discurso.

Silva (2009), indica que em termos de estudos de história política, mediante a Análise do Discurso, a interdisciplinaridade oferece novas estratégias para o alcance de resultados satisfatórios. Esta visão positiva da interdisciplinaridade forçou no campo historiográfico um movimento de alinhamento ou adequação a estes paradigmas, sendo a ideia de representação um dos caminhos escolhidos como formas de conciliação entre a disciplina história e os entes vindos de outras disciplinas. Neste ponto, situa-se nossa intenção em fazer uso do conceito enquanto elo interdisciplinar capaz de promover diálogo entre o campo de estudos do pós-emancipação e as teorias de Pocock.

Entretanto, o perigo de utilizar tal conceito de maneira disforme, fazendo deste uma espécie amalgama amorfo e desmedido, empregado como material preenchedor dos espaços falhos do escopo teórico, é sempre presente. Isto ocorre devido a forma como as representações têm sido utilizadas ou a maneira como tem sido interpretado. Flamarion e Malerba (2000), estabelecem críticas à colocação desta ideia enquanto uma espécie de “satélite” que orbita sobre todos os aspectos da pesquisa, podendo se moldar às necessidades que surgem no percurso de construção da narrativa. Formulações como o de imaginário, símbolo, imagem, mentalidade, construção etc., podem ser colocadas como sinônimos, parte constitutiva ou característica substituível das representações.

O mesmo psicologismo, tão criticado por Durkheim, expandiu-se na historiografia como ponto ou espaço de problematização forçando um processo de aceitação das representações como conceito “satélite”. Itens que fazem alusão, ou lembram os objetos próprios da psicologia, emergiram fortemente na produção de trabalhos de história da segunda metade do século XX, onde as bases do pós-estruturalismo, ou pós-modernismo, foram lançadas em vastos espaços de produção. Este encontro entre o psicologismo e o pós-modernismo trouxe o contexto adequado para o alastramento de uma visão radical em termos de representações. Usamos o termo radical para focar não apenas na

HISTÓRIA E CULTURAS

expansão do termo dentro do ambiente do campo da história, mas, para indicar o ambicioso projeto de formulação ou quebra das bases do fazer historiográfico.

A dualidade objeto e material observável indicada por Durkheim é criticada neste momento, não pela dificuldade em estabece-la dentro de um sistema teórico conciso, mas pela dúvida da capacidade de apreensão da própria consciência. Não se trata de tentar observar as representações como elo entre essa dualidade, mas recusar o intelecto como possuidor de capacidade de inferir na realidade. Na tradição filosófica esta duplicidade, tão sistematizada por Descartes⁸ no início da modernidade, é alvo de ataques em áreas como nos estudos ontológicos. Por analogia, entretanto, em si tratando de estudos historiográficos, esta discursão será mais vigorosa a partir de movimentos como o *Linguistic Turn*⁹, que prepararam um contexto propício à propagação de estudos de autores como Hayden White e Arthur Lovejoy.

Temos em Hayden White¹⁰ um dos expoentes na crítica do fazer histórico que se utiliza das representações como suporte para ultrapassar a dualidade consciência e materialidade observável. Adepto do Pluralismo Historiográfico¹¹, White pensa o fazer história como uma atividade voltada para o universo humano, visitando a complexidade do gênero narrativíssimo sem deixar em segundo plano as características próprias do indivíduo que narra. Neste autor a visita ao passado se dá no presente, o texto é representação construída e alicerçada no mundo do indivíduo que escreve, que narra, sendo o passado uma idealização forjada no tempo histórico da escrita.

Segundo Assis (2012), White entende ser a História um trabalho pertencente ao campo literário. O texto e seus desdobramentos discursivos seriam os itens necessário para se atingir o grau de humanidade inerente à atividade literária que, na verdade, é a operação de trabalho histórico. A impossibilidade de História fora do texto torna-se algo presente no trabalho do historiador.

Esta visão é sintoma de apontamentos inerentes ao pós-modernismo e suas nuances. Revisitar o momento de escrita de White seria uma atitude recomendável até pelo próprio autor. No entanto, trazer esta discussão para um plano amplo, em que um movimento tão abrangente e de difícil

⁸ René Descartes nasceu no Reino da França em 1596, em pleno período de Renascimento cultural, possui trabalhos em várias áreas como matemática, filosofia, epistemologia, ciências físicas. Seus estudos serviram de base para construção do conceito de ciência moderna por meio de várias vertentes discursivas. Faleceu em Estocolmo no Império sueco em 1650 deixando vasto legado às formas de conhecimento no ocidente.

⁹ Linguistic Turn, virada linguística ou giro linguístico foi um movimento formado por várias correntes dentro dos estudos de humanidades que objetivava, principalmente após a década de setenta do século XX, criticar as bases epistemológicas através de entes linguísticos de natureza variada.

¹⁰ Hayden White foi um historiador nascido nos Estados Unidos em 12 de julho de 1928. Formou-se na universidade de Michigan, sendo fortemente influenciado pela filosofia de Jean-Paul Sartre, o que o levou a indagar a constituição do saber a partir de verdades únicas e pré-estabelecidas. Esse ideário colocará seu trabalho como uma das principais críticas às formulações do conceito de História como ciência puramente técnica e objetiva (ASSIS, 2012).

¹¹ Corrente de pensamento surgida através dos trabalhos do filósofo William James no final do século XIX, que se caracteriza pelo entendimento de que a realidade material pode apresentar mais que um princípio primeiro, sendo então a verdade passível de formar-se por intermédio de vários itens constitutivos igualmente verdadeiros (KERN,2009).

HISTÓRIA E CULTURAS

conceituação como o pós-modernismo possa ser situado frente as demandas do campo do pós-abolição, nos parece uma atitude adequada. Voltaremos a esta análise posteriormente, assim que estabelecermos o entendimento a respeito do pós-emancipação enquanto escrita científica.

Embora dispares, é possível encontrar alguns pontos de convergência entre os diferentes modos de se visualizar o conceito de representação e as formas de escrita, que se balizaram em ideias como as de White, por analogia. O primeiro a se destacar, e já estabelecido neste texto, é o lugar de escrita, o ambiente de origem do texto. No entanto, isto vale tanto para conceitos de representação voltados para o ambiente moderno, ligado à materialidade social de origem do texto, quanto para as formas definidas no ciclo pós-moderno onde as representações estão ligadas à arte e ao escrito. Em sua obra *A história continua*, George Duby (1993) traça com riqueza de detalhes sua evolução enquanto historiador. Algo importante a destacar é a forma como identifica modificações em sua escrita oriundas das mudanças em sua vida enquanto teórico. Mesmo levando em consideração o conceito de representação pós-moderno, a escrita continua a sofrer influência dos escopos analíticos do campo teórico ou artístico de origem, como estipula Pocock, indicando a importância da linguagem como ente decodificador da produção de ideias.

Outro fator a ser levado em consideração é o tratamento dado à matéria própria do trabalho do historiador: as fontes. Em *O sabor do arquivo*, Arlete Farge (2009) atenta para as especificidades do arquivo, suas nuances e perspectivas. Detalha o ambiente de trabalho, a qual classifica como único, passível de entendimento, bastando ao pesquisador a ação de desvendá-lo. Para desvendar este ambiente e as informações dele advindas, as ferramentas teóricas e metodológicas assumem o protagonismo imanente na escrita, porém, propõe entender o arquivo não apenas a partir de suas características, mas por meio daquele que é o principal telespectador de suas informações: o historiador. Assim, o arquivo torna-se possível alvo de todas as análises dispostas por Pocock no que diz respeito à confecção do trabalho historiográfico.

CONCLUSÃO

Entre os objetos de pesquisa que o campo do pós-abolição tem desenvolvido, destacamos os estudos acerca de obras literárias envolvidas neste recorte temporal específico. No período próximo à abolição os veículos de imprensa continham escritores negros. Tais autores, devido as características ou organicidade dos órgãos de imprensa, também vislumbravam o mundo das criações literárias, segundo relata Santos (1997). Desta forma, temos como fontes do pós-abolição as criações literárias de autores negros ou mestiços que escreveram em período próximo da promulgação da Lei

HISTÓRIA E CULTURAS

Áurea, o que nos oferece vários aspectos sociais e culturais engendrados no processo de cisão política e jurídica, quanto de transformações culturais e indenitárias.

No pós-emancipação maranhense, por exemplo, podemos citar dois autores alvos de significativos estudos e pesquisas: Nascimento Moraes¹² e Josué Montello¹³. A obra *Vencidos e Degenerados* de Nascimento Moraes, traz múltiplas análises a respeito da condição social, política e econômica dos negros no momento em que a Lei de 13 de Maio de 1888 foi implementada. O autor não se furtou em descrever com riqueza de detalhes as festividades que sucederam a abolição, o clima da cidade, o teor dos discursos, as formas de aceitação e as maneiras pelas quais a população comportou-se frente a este fato. É preciso destacar a existência de uma rica historiografia a respeito de festividades e manifestações culturais dentro do campo temático, situação em que escritos como os de Nascimento Moraes tornam-se possíveis fontes para visualização de aspectos representacionais destes itens. O detalhismo deste autor é tão intenso que descreve aspectos materiais como formas arquitetônicas, instrumentos do cotidiano, roupas, ruas, etc., oferecendo condições de análise para variados escopos teóricos e metodológicos.

Neste ponto, a utilização de conceitos inerentes à escrita de Pocock é salutar, tanto em termos de análise material, pois trata-se de uma obra escrita no bojo da implementação da Lei Áurea, quanto em termos representacionais e linguísticos, já que seu autor se constitui voz oriunda deste mesmo momento. Constitui-se como fonte e objeto que problematiza e traz vários questionamentos e, ao mesmo tempo, dá respostas às indagações do campo teórico. Além disto trata-se de obra literária exausta de análises dando àqueles que se propõem a estudá-la a partir de algum aspecto, ou, por meio das teorias de Pocock, um lugar mais seguro e propício para pesquisa. Destacamos ainda não ser esta sua única obra, pois Nascimento Moraes possui vasto acervo de obras. Ainda existem outros autores, pertencentes à outras localidades do país, em condições semelhantes que também produziram neste período, ofertando-nos material substancial de pesquisa.

Outro exemplo interessante é o do escritor maranhense Josué Montello, autor de várias obras ambientadas nas décadas próximas a obtenção de cidadania por parte dos negros. Descreveu por meio de vários estilos literários o ambiente cultural e modos de vida de parcelas ou classes da população que figuravam entre grupos menos abastados, camadas médias ou até mesmo marginalizadas.

Ao retratar negros e trabalhadores urbanos, funcionários públicos de pequeno escalão, mulheres e regiões marginais de cidades como São Luís e Alcântara, acabou por oferecer material

¹² Autor maranhense de destaque no cenário artístico e literário brasileiro do final do século XIX e início do século XX.

¹³ Nascido no maranhão, este autor possui grande número de trabalhos literários, além de figurar no cenário político como participante de vários governos no plano estadual e federal.

HISTÓRIA E CULTURAS

vasto para pesquisa representacional e linguística na pós-emancipação, como, por exemplo, a obra *Tambores de São Luís*¹⁴. Esta obra se torna muito importante para os estudos do pós-abolição sob a ótica da teoria das representações, já que o autor utiliza como recorte temporal um período que abrange tanto espaço de tempo anterior como subsequente da abolição.

Este romance traz desenvolvimento de questões inerentes aos movimentos que levaram à abolição e um panorama geral do pós-emancipação imediato no Maranhão. É necessário destacar que esta obra, assim como o romance anteriormente citado, possui inúmeros estudos ao seu respeito, facilitando trabalhos posteriores. Josué Montello possui ainda obras que tratam de outros temas, porém, na citada, é possível observar aspectos do pós-abolição, como o negro, as festividades, as cidades, as práticas.

Outro importante fator constituinte dos objetos de pesquisa são os aparatos de imprensa. Como tido anteriormente, muitos escritores negros ou mestiços escreveram em jornais impressos a respeito da última geração de libertos, ou acerca das reminiscências de práticas e representações oriundas da escravidão. Este veículo de comunicação apresenta-se no pós-abolição de maneira extremamente intensa no que diz respeito as análises destes acontecimentos. Um exemplo, segundo Santos (1997), são os jornais da capital maranhense no imediato promulgação da Lei Áurea. que apresentaram descrição detalhada das festividades, os discursos, a cidade, as manifestações e, em alguns casos, a opinião e fala de determinadas autoridades.

Entre os jornais que circularam nesse período podemos indicar *Pacotilha*, *O Diário do Maranhão* e *O Paiz*. Pereira (2006) indica que possuíam uma tiragem significativa e haviam partições em que indivíduos poderiam pagar para publicarem textos a respeito de variados temas. Devido ao contexto do período muitos escritores não profissionais acabavam por tecer textos com opiniões sobre o negro, cidadania, ética, economia e outros assuntos caros à temática do pós-emancipação.

Jornais que figuram como fontes importantes para estudos do pós-abolição, pelas informações que fornecem, mas que também se tornam objeto¹⁵. A história da imprensa como campo historiográfico pode manter diálogo com outros campos como o do pós-abolição, e, com espaços teóricos distintos como no caso dos conceitos viabilizados por Pocock. Este tipo de movimento entre categorias de historiografias é fundamental para o avanço em relação a determinadas problemáticas. Um jornal carrega em sua constituição uma série de itens como o suporte material, disposição dos textos nas páginas, os anúncios, as notícias, descrições etc. Todos esses itens podem ser analisados por intermédios da teoria das representações ou linguística e serem submetidos ao diálogo com o

¹⁴ Utilizaremos a classificação desta obra enquanto crônica literária de época.

¹⁵ Pinsky (2006) constata que em período relativo ao final da década de oitenta, vários autores começam a utilizar jornais e outros veículos de imprensa não apenas como fontes, mas, como objetos de pesquisa.

HISTÓRIA E CULTURAS

campo historiográficos do pós-abolição. Como exemplo podemos indicar a presença de uma categoria de extrema importância para o tipo de estudo que estamos a indicar: as crônicas. Este tipo de texto, como adverte Santos (2015), possui como característica a busca do autor em ligar aspectos do cotidiano à contextos amplos que envolvem a sociedade como um todo. Desta forma, devido a fluidez com que estabelece a relação autor e escalas de observação da realidade, as crônicas podem oferecer significativo espaço de análise junto às teorias de Pocock. Além dos jornais, outras formas de imprensa como revistas e folhetins carregam possibilidades de análise representacional e linguística em acordo com a escrita historiográfica em análise.

É preciso lembrar que as representações constituem espaços de luta entre grupos e classes, formação de identidade e manifestação de práticas, logo, podem se estabelecer como objeto da pesquisa linguística. Existem estudos do pós-emancipação que buscam entender representações de determinado indivíduo, grupo ou instituição sobre ideias como cidadania, ética, trabalho, identidade e tantas outras. O campo da história oral tem sido um desses espaços e tem oferecido possibilidades interessantes.

Por fim, é possível vislumbrar, no mínimo, dois desafios ao intento de fazer dialogar o campo histórico do pós-emancipação com as teorias de Pocock por intermédio do conceito de representação. Primeiramente, ao tentarmos utilizar os escritos de Pocock, mediante as demandas do campo do pós-abolição, nos deparamos com questões que dizem respeito a escalas de observação dos fenômenos. Pocock, enquanto historiador das ideias políticas, não se exime de tratar dos grandes acontecimentos sociais e das personalidades ou indivíduos de substancial notoriedade na história. Longe de praticar uma escrita voltada para o cotidiano, ou para as relações em plano de microvisualização, traz uma produção orientada em direção a conceitos cunhados para darem conta de características observáveis em tecido social de larga escala. As ideias políticas, na maioria das vezes, aparecem em sua obra como entes que permeiam os acontecimentos de grande repercussão ou em uma série de proposições que se alongam em um intervalo de tempo considerável.

Em si, esta característica não se opõe aos estudos classificados dentro do campo historiográfico do pós-abolição. Matos e Rios (2004) vêm o deslocamento dos estudos do campo em direção a uma escrita preocupada com o cotidiano, o indivíduo e os aspectos culturais, um avanço considerável, indicação a qual concordamos integralmente. Além disto, observamos que a forma como Pocock busca a aplicação do conceito de linguagem o aproxima de uma escrita interessada na análise de instituições políticas e sociais. Óbvio que estes objetos necessitam de um plano de análise em escala outra em relação aos estudos culturais e do cotidiano. Estudar o indivíduo negro, ou não, em seus múltiplos aspectos sociais em relação à cisão jurídica que inviabilizou o trabalho escravo,

HISTÓRIA E CULTURAS

envolve um olhar direcionado para espaços de amplitude mínima. Porém, é necessário destacar dois aspectos que consideramos importantes para resolução destas questões.

Primeiramente, os estudos voltados para fenômenos existentes em espaços de ambiente macroanalíticos não estão mortos dentro do campo. Os grandes acontecimentos políticos, as grandes personalidades, as populações e suas extensas manifestações, continuam a suscitar questionamentos frente ao pós-abolição, e ainda é impossível afastar o campo dos grandes referenciais. Para sermos mais precisos, a constituição primeira do campo se dá por intermédio de um grande acontecimento: a implementação da Lei de 13 de maio de 1888. Logo, grandes referenciais são inerentes ao campo do pós-emancipação.

Finalmente, as questões referentes aos objetos de pesquisa apontados por Pocock não são tratados na obra deste autor como limitantes de seus mecanismos teóricos. Como estabelece Araújo (2017), para Pocock, a própria narrativa histórica é uma forma de linguagem. Com o auxílio da teoria das representações podemos fazer uso dos conceitos linguísticos de Pocock sem, necessariamente, incorrerem em contradições oriundas de escalas de tempo e macroanálise, já que o conceito sociológico de representação incide sobre outras escalas além dos atos do cotidiano.

Desta forma, concluímos que a teoria das representações, em suas vastas manifestações, é capaz de subsidiar formas de análise para o campo do pós-abolição. Diante das condições apresentadas e dos delineamentos constituídos, esses mecanismos teóricos apresentam-se como ferramentas capazes de construir resposta satisfatórias às preposições estabelecidas na objetivação das pesquisas.

REFERÊNCIAS

CAPELATO, Maria Helena. DUTRA, Eliane Regina de Freitas. Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (org.). **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Ed.). **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Papyrus Editora, 2000.

DE ARAÚJO, Pedro Henrique Barbosa Montandon. Pocock e a historiografia como linguagem política. **Resgate: Revista Interdisciplinar De Cultura**, v. 25, n. 1, p. 275-294, 2017.

DE ASSIS, Gabriella Lima. Hayden White entre a história e a literatura. **albuquerque: revista de história**, v. 4, n. 8, 2012.

DE OLIVEIRA, Mateus Brilhadori. Thomas Hobbes e a fundamentação do poder soberano no leviatã. **Revista Eleuthería (ελευθερία)**, v. 2, n. 2, p. 64-87, 2017.

HISTÓRIA E CULTURAS

DOS SANTOS, Poliana. **O Historiador e o Cronista: um diálogo sobre o tempo e o cotidiano.** Editora UEMA, 2015.

DUBY, Georges; MARQUES, CLOVIS. **A história continua.** Zahar, 1993.

DURKHEIM, Emile. "**O Suicídio: Estudo de Sociologia** (Trad. M. Stahel)." (2000).

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa [The elementary forms of religious life].** São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

DURKHEIM, **Émile. Representações individuais e representações coletivas.** Sociologia e filosofia, v. 2, p. 9-43, 1970.

FALCON, Francisco J. Calazans. História e representação. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion S. & MALERBA, Jurandir (orgs.). **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar.** 2000.

FARGE, A. O Sabor do Arquivo (F. Murad, Trad.). **São Paulo: Unesp.(Original publicado em 1989),** 2009.

KERN, Daniela. Hayden White e o pluralismo histórico. **História (São Paulo)**, v. 29, n. 1, p. 278-288, 2010.

LIMA, Leonice Domingos dos Santos Cintra; HORTA, Rita de Cássia Alves. As ciências humanas e sociais no processo de reconstrução da sociedade na perspectiva cidadã. **e-cadernos ces**, n. 02, 2008.

LOBO, Iann Endo. A contribuição neokantiana para a fundação das ciências sociais. **Em Tese**, v. 15, n. 2, p. 57-68, 2018.

LUCENA, Carlos. O pensamento educacional de Émile Durkheim. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 10, n. 40, p. 295-305, 2010.

MONTELLO, Josué. **Os tambores de São Luís: romance.** Inst. Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1976.

MORAES, Nascimento. Vencidos e degenerados. **São Luís: Centro Cultural Nascimento de Moraes**, 2000.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravatura na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880.** 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PINHEIRO FILHO, Fernando. A noção de representação em Durkheim. **Lua Nova**, n° 61, p. 139-155, 2004.

HISTÓRIA E CULTURAS

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. Editora Contexto, 2006.

POCOCK, John Greville Agard. **Linguagens do Ideário Político Vol. 25**. Edusp, 2003.

POCOCK, John Greville Agard. **The Machiavellian moment: Florentine political thought and the Atlantic republican tradition**. Princeton University Press, 2016.

RIBEIRO, Elza Benedita Ferraz et al. **Um estudo sobre Immanuel Kant: a arte de educar**. 2002.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Acerca do conceito de representação. **Revista de Teoria da História**, v. 6, n. 2, p. 27-53, 2011.

SANTOS, Werley Cunha. “Liberdade Áurea” – imagens e representações da abolição em poemas, memórias e romances. **Monografia – História Licenciatura**, Universidade Federal do Maranhão, 1997.

SAVIANI, Dermeval. Florestan Fernandes e a educação. **Estudos avançados**, v. 10, n. 26, p. 71-87, 1996.

SILVA, Giselda Brito. **História Política e Análise do Discurso: uma escrita da história em construção**. (2009)

VASCONCELLOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 78, p. 77-87, 2002.

WHITE, Hayden; DANIELA, K. E. R. N. Hayden **White e o pluralismo histórico**.